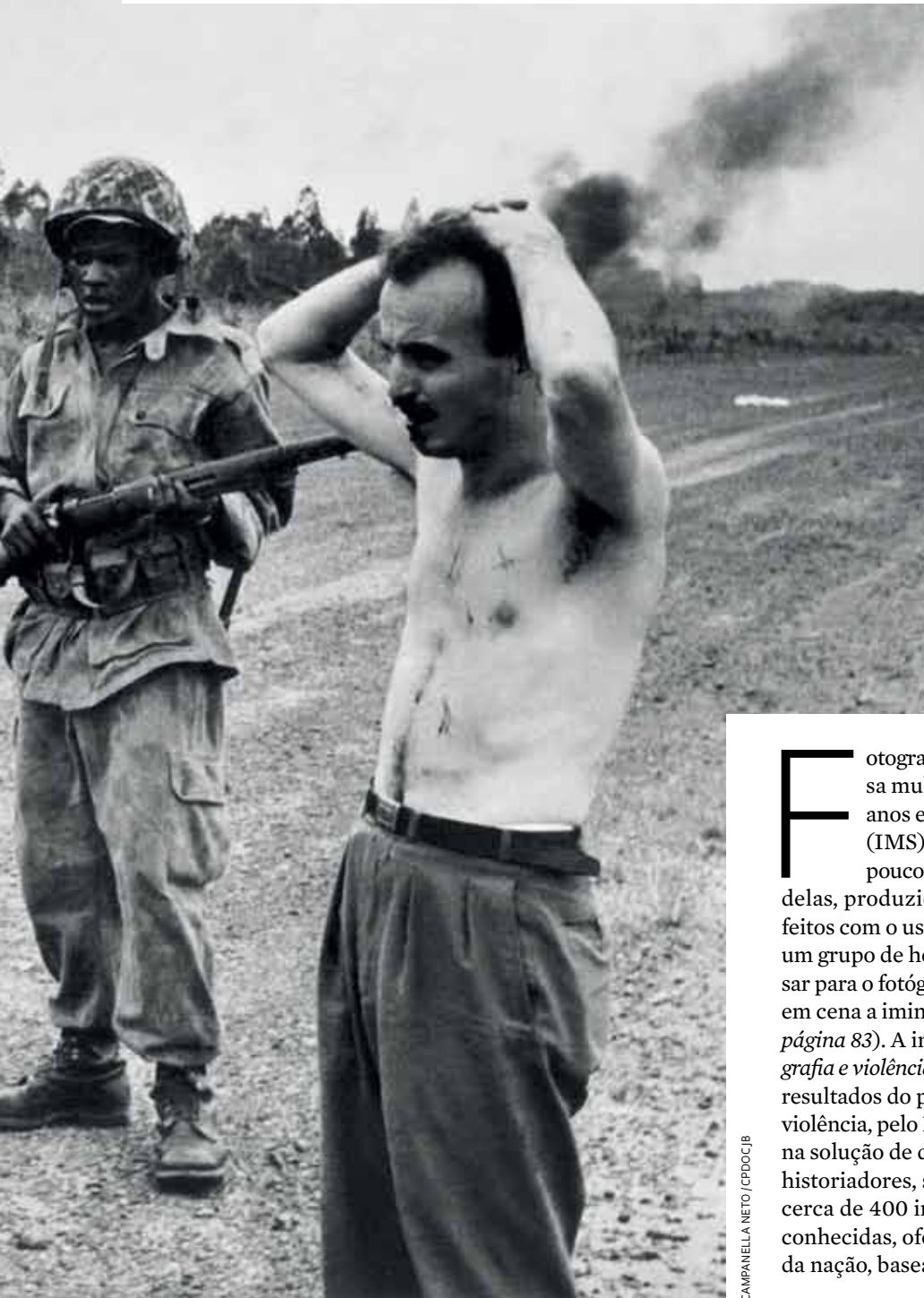


Rendição de integrantes da Aeronáutica que sequestraram aviões para depor o presidente Juscelino Kubitschek (Aragarças, GO, 1959)

OLHAR CONFLITANTE

Livro reúne imagens de revoltas, revoluções e guerras civis e compõe narrativa histórica sobre o Brasil

Christina Queiroz



CAMPANELLA NETO / CPDOC/IB

Fotografias antigas, identificadas em uma pesquisa multidisciplinar desenvolvida durante dois anos e financiada pelo Instituto Moreira Salles (IMS), começam a dar visibilidade a aspectos pouco conhecidos da história nacional. Em uma delas, produzida em um tempo em que retratos eram feitos com o uso de câmeras pesadas e filmes em chapa, um grupo de homens interrompe um combate para posar para o fotógrafo. O registro seria banal, não estivesse em cena a iminente decapitação de um prisioneiro (*ver página 83*). A imagem faz parte do livro *Conflitos: Fotografia e violência política no Brasil 1889-1964*, que reúne os resultados do projeto e evidencia o uso disseminado da violência, pelo Estado brasileiro, suas elites e população, na solução de disputas. Localizadas por uma equipe de historiadores, sociólogos e estudiosos da fotografia, as cerca de 400 imagens, muitas delas inéditas ou pouco conhecidas, oferecem uma nova perspectiva de leitura da nação, baseada em eventos brutais.



Cartão-postal com imagem de bonde tombado no Rio de Janeiro, em 1904, durante a Revolta da Vacina

O quadro histórico da fotografia brasileira se formou por meio de representações icônicas da nação, como os retratos do Rio de Janeiro de Marc Ferrez (1843-1923), da Bahia de Pierre Verger (1902-1996) e os de São Paulo, feitos por Alice Brill (1920-2013), observa Heloísa Espada, coordenadora de artes do IMS e uma das organizadoras do projeto, ao lado de Angela Alonso, professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Diferentemente do que o novo livro procura mostrar, Heloísa Espada destaca que o repertório fotográfico dos autores mencionados se caracterizou por visões otimistas do país, próximas à ideia de que o Brasil é uma nação pacífica, onde os conflitos são resolvidos sem o uso da violência.

De acordo com Ana Maria Mauad, professora de história da Universidade Federal Fluminense (UFF), enquanto Ferrez ajudou a construir a história da fotografia de paisagem, Verger buscou desenvolver uma imagem do Brasil distanciada do registro do exótico e do pitoresco, comum no século XIX. “Eles responderam visualmente a demandas específicas de suas experiências fotográficas. Suas produções são amplas e diversificadas, como também é o caso de Alice Brill, que, em seus trabalhos, evidencia uma visão de São Paulo

Secretaria do 1º Batalhão do Quartel da Luz, em São Paulo, em 1924, após bombardeio na revolta tenentista



pautada pelos contrastes sociais”, analisa Ana Maria. De acordo com ela, autores modernistas como Hans Gunthr Flieg, um dos pioneiros da fotografia publicitária, e Jean Manzon (1915-1990), por meio de um fotojornalismo sensacionalista, imprimiram em seus trabalhos a imagem de uma nação em constante progresso e sem conflitos sociais. No decorrer dos anos 1930, a propaganda do Estado Novo (1937-1945) difundiu o mito da nação que se modernizava e onde não havia conflitos raciais. “Tal noção foi disseminada por intermédio dos livros escolares e pelos meios de comunicação e passou a permear o imaginário da população”,

afirma Ângela Castro Gomes, professora de história da UFF.

As fotos de *Conflitos* capturam cenas envolvendo as elites políticas, o aparato de repressão do Estado e a população, em que “a violência operou como forma de ação para todos os atores em luta”, segundo Angela Alonso.

Ao reunir fotografias que se contrapõem a narrativas visuais heroicas e misticantes, o objetivo foi, segundo Heloísa Espada, dar visibilidade a outras que evidenciam aspectos menos conhecidos da história nacional. Exemplo disso é a foto citada no primeiro parágrafo, que mostra a pose do grupo de combatentes militares antes da degola de um prisioneiro durante a Revolução Federalista, em Ponta Grossa, Paraná, em 1894. “Uma inscrição no verso da imagem indica que aquilo não foi uma encenação e que o sujeito foi decapitado em seguida”, observa Heloísa Espada. A Revolução Federalista foi uma disputa entre dois grupos políticos gaúchos em torno do governo de Júlio de Castilho (1860-1903), que acabou se espalhando pela região Sul do país. Apesar de ser um conflito conhecido, alguns aspectos, como o grande número de decapitações, permaneceram encobertos. “Das 10 mil pessoas mortas nesse embate, pelo menos mil foram degoladas. Na década de 1890, essa prática se disseminou pelo país”, diz Angela Alonso. Isso aconteceu não apenas pela necessidade dos combatentes de economizar munição, explica a socióloga, mas também por seu caráter simbólico.

Fotos como a do prisioneiro prestes a ter seu pescoço cortado pretendem chamar a atenção para o fato de a violência ter sido uma das formas adotadas para a solução de conflitos, quando conveniente, pela elite brasileira. “Grande parte das fotos mostra o enfrentamento entre facções da elite governamental ou de suas dissidências regionais, civis e militares, que em muitos momentos disputavam a direção do país”, detalha. Mas o uso da violência não se restringiu a esses grupos, observa. Estratos sociais mais baixos também se insubordinavam. As imagens da Revolta da Vacina, que aconteceu em 1904 no Rio de Janeiro contra a obrigatoriedade de imunização, assinalam esse aspecto da história, contrariando o estereótipo da suposta passi-



Depredação da sede do PSD em Porto Alegre, após suicídio de Getúlio Vargas, em 1954

Imagens de conflitos circularam pelo Brasil por meio de revistas ilustradas e cartões-postais

vidade do povo brasileiro. “A violência é uma característica constante da vida política brasileira”, constata Angela Alonso, que se ocupou de pesquisar conflitos ocorridos no Brasil entre 1889 e 1916.

Constatação idêntica foi feita por Ângela Castro Gomes ao identificar o uso disseminado e ininterrupto da força, entre 1922 e 1938, atingindo o meio rural e urbano. Dois exemplos desses episódios são a Revolução de 1924, quando militares se rebelaram em São Paulo contra o governo do então presidente Artur Bernardes (1875-1955), que privilegiava a elite agrária, e a cidade se tornou um campo de batalha, incluindo a construção de barricadas e a ocorrência de bombardeios; e a atuação do bando de cangaceiros chefiado por Lampião (1898-1938), que desafiou o governo central saqueando propriedades e vilarejos no

Nordeste do país e acabou sendo degolado junto com todo seu grupo.

Uma rebelião de posseiros ocorrida em 1957 em Porecatu, no sudoeste do Paraná, é outro episódio pouco conhecido da história nacional que o livro resgata. Ao analisar imagens do período compreendido entre o suicídio de Getúlio Vargas (1882-1954) e o golpe militar de 1964, a historiadora Heloísa Starling, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), identificou em jornais do Arquivo Nacional fotografias reveladoras como as de posseiros que se rebelaram contra companhias de colonização privada, que afirmavam ser donas de terras onde estavam assentadas 15 mil famílias de trabalhadores rurais desde 1943. “Identificamos fotos da rebelião que mostram, por exemplo, a presença do treinador de futebol e jornalista João Saldanha [1917-1990]. Como integrante do Partido Comunista, ele esteve na cidade para treinar os rebeldes”, informa. Conforme Heloísa Starling, a rebelião marca o momento em que os camponeses ingres-

Fotografias procuram mostrar a violência como característica constante da vida política brasileira

saram na vida pública nacional, ao realizar o primeiro bloqueio de estradas de que se tem notícia no país.

Os motins que aconteceram no Rio de Janeiro e em Porto Alegre após o suicídio de Vargas também estão registrados no livro. O grau de violência do período pode ser dimensionado pelas imagens de pessoas ateando fogo a carros e agências de bancos norte-americanos, ou protestando contra a imprensa pela campanha feita contra o governante. A historiadora explica que parte dessas descobertas só foi possível porque a pesquisa não se limitou à análise do material iconográfico divulgado em revistas e jornais da época: “Para os historiadores, fotos não publicadas, como as encontradas no Arquivo Nacional, podem conter informações valiosas. O olhar do editor é diferente do olhar do historiador”.

TECNOLOGIA VISUAL

Para além da informação visual acerca de aspecto pouco discutido da história



Prisão de jagunços por tropas do Exército em Canudos, BA, em 1897. Grupo se opunha ao governo republicano e se recusava a pagar impostos



Execução de um rebelde contrário a Floriano Peixoto em Ponta Grossa, PR, em 1894. Estúdios fotográficos eram contratados por grupos rivais para retratar acampamentos, tropas e vitórias

brasileira, as imagens do livro permitem vislumbrar o desenvolvimento da técnica fotográfica e o *modus operandi* de quem as capturou. Na última década do século XIX, por exemplo, os conflitos do início da República renderam cenas estáticas, feitas por profissionais previamente contratados para registrar cenários de destruição. “As câmeras pesadas e os filmes em chapa exigiam que as pessoas ficassem imóveis, posando para as fotos”, detalha Heloísa Espada. Os mesmos profissionais e estúdios que vendiam essas imagens para publicações ilustradas como *Careta* e *Revista da Semana* também as comercializavam de forma avulsa. Foi desse modo que elas passaram a ser colecionadas, por pessoas de todo o país, em álbuns de fotografia.

Na mesma época, a indústria de cartões-postais, criada no século XIX, vivia um processo de expansão, o que contribuiu não apenas para aumentar a circulação dos registros de violência, mas também para sua disseminação. Entre outros motivos, o uso do postal difundiu-se pelo aspecto econômico. Era mais barato enviar um cartão do que remeter uma

fotografia, em envelope fechado. “Hoje, estamos acostumados com as imagens circulando por meio das redes sociais, mas naquele tempo elas se difundiam por intermédio de revistas ilustradas e dos cartões-postais”, destaca Heloísa Espada. No Brasil, os postais eram produzidos em tiragens que variavam entre 5 mil e 20 mil unidades. Foi dessa forma que, até a década de 1930, as imagens de todos os conflitos e guerras civis nacionais percorreram o país.

Nos anos 1930, Angela Gomes conta que houve um crescimento das revistas ilustradas, expandindo ainda mais o contato com as fotografias. “Essas publicações continham mais imagens do que os jornais, de maneira que a população ampliou sua experiência visual e também emocional com os conflitos”, explica. O fotojornalismo começou a ser delineado como profissão nas primeiras três décadas do século passado, consolidando-se nos anos 1940, com a expansão da indústria gráfica. Antes disso, o trabalho dos fotógrafos era pouco reconhecido. Muitas imagens eram publicadas sem crédito ao autor. “À

medida que foi se desenvolvendo, o fotojornalismo ajudou a compor o acontecimento moderno, ao reproduzir imagens em diversos lugares e de maneira quase imediata”, observa Ana Maria Mauad.

Concebido para mostrar as fotografias em seu formato original, no livro optou-se por não ampliar boa parte delas. “Expor todas as imagens em tamanhos grandes não serviria a nosso propósito. Decidimos, por exemplo, exibir a famosa foto das cabeças decapitadas do bando de Lampião apenas no formato original de cartão-postal. Além de já ser suficientemente impactante, assim também foi possível evidenciar seu modo de circulação”, finaliza. O projeto envolveu 13 pesquisadores e a consulta a 50 arquivos, entre acervos públicos e coleções privadas, de museus históricos, jornais e de agências de notícias e imagens. Até 29 de julho, exposição com parte das fotos publicadas no livro está em cartaz no IMS de São Paulo. ■

Livro

ALONSO, A. e ESPADA, H. (orgs.). **Conflitos: Fotografia e violência política no Brasil 1889-1964**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2018.